



Diário Oficial Jarinu

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU

Praça Francisco Alves Siqueira Junior, 111 -
Jardim da Saúde. Jarinu/SP
CEP 13240-000

(11) 4016-8200
www.jarinu.sp.gov.br

12 abril 24

Edição nº 257

Página 1 de 11

SUMÁRIO

GOVERNO Decretos	2
ADMINISTRAÇÃO Compras, Licitações e Contratos	6
ADMINISTRAÇÃO Portarias	7
ADMINISTRAÇÃO Convocações	8
CONSELHOS MUNICIPAIS Atos dos Conselhos	10
CÂMARA MUNICIPAL Atos do Poder Legislativo	11

EXPEDIENTE

O Diário Oficial do Município de Jarinu, veiculado exclusivamente na forma eletrônica, é uma publicação das entidades da Administração Direta e Indireta deste Município, sendo referidas entidades inteiramente responsáveis pelo conteúdo aqui publicado.

ACERVO

As edições do Diário Oficial Eletrônico de Jarinu poderão ser consultadas através da internet, por meio do seguinte endereço eletrônico: <https://jarinu.sp.gov.br/diariooficial>. As consultas e pesquisas são de acesso gratuito e independente de qualquer cadastro.

ENTIDADES

Prefeitura Municipal de Jarinu
CNPJ: 45.780.079/0001-59
Endereço: Praça Francisco Alves
Siqueira Junior, 111 - Jardim da Saúde.
Jarinu/SP
Telefone: (11) 4016-8200

Câmara Municipal de Jarinu
CNPJ: 01.569.688/0001-98
Endereço: Rua Antônio de Aguiar
Peçanha, 200 - Jardim da Saúde.
Jarinu/SP
Telefone: (11) 4016-4330

**GOVERNO | Decretos****DECRETO Nº 3396 DE 09 DE ABRIL DE 2024**

Qualifica como Organização Social – O.S., nos termos da Lei Municipal nº 1.952 de 20 de março de 2014 – protocolo Nº1.605/2024, Provida – Instituto Nacional de Gestão Social e Inovação Público Privada

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, prefeita de Jarinu, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 62, inciso VI da Lei Orgânica;

CONSIDERANDO que, a Lei Municipal nº 1.952 de 20 de março de 2014, dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como organizações sociais;

CONSIDERANDO, ainda, o artigo 4º da referida Lei, que estabelece os requisitos específicos para que entidades privadas habilitem-se como organização social;

CONSIDERANDO, ademais, a aprovação da Secretaria Municipal de Saúde, determinada pelo artigo 4º, II, à qualificação como Organização Social para atuação na área de saúde, Provida – Instituto Nacional de Gestão Social e Inovação Público Privada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.466.228/0001-10, por atender aos requisitos dos artigos 4º e 5º da Lei nº 1.952, de 20 de março de 2014;

CONSIDERANDO, por fim, o que consta no Protocolo 1.605/2024.

DECRETA

Art. 1º Fica qualificada como ORGANIZAÇÃO SOCIAL – O.S., para atuação na área da saúde do Município de Jarinu, a Entidade denominada Provida – Instituto Nacional de Gestão Social e Inovação Público Privada, com sede estabelecida na Rua Maria Isabel dos Santos, nº 332, Centro, Lauro de Freitas, Estado da Bahia, CEP: 42.702-440

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

MIRAILTON MOREIRA GOMES
Secretário Municipal de Saúde

Este Decreto foi publicado no Diário Oficial Eletrônico Municipal e registrado na Secretaria de Governo

DALTO SORANZ
Secretário Municipal de Governo

Decreto nº 3397 de 11 de Abril de 2024.

“Formaliza a adesão do Município de JARINU ao projeto “Facilita SP – Municípios” instituído pela Resolução SDE nº

05, de 12 de março de 2024, no âmbito do Decreto estadual nº 67.979, de 25 de setembro de 2023, e o Decreto estadual nº 67.979, de 25 de setembro de 2023.”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do Município de Jarinu, Estado de São Paulo, usando das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 62, VI da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.874, de 20 de setembro de 2023, que institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica; estabelece garantias de livre mercado; altera as Leis nos 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 12.682, de 9 de julho de 2012, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 10.522, de 19 de julho de 2002, 8.934, de 18 de novembro 1994, o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946 e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga a Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, a Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e dispositivos do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966; e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Lei estadual nº 17.530, de 11 de abril de 2022 (Código de Defesa do Empreendedor);

CONSIDERANDO a Lei estadual nº 17.761, de 25 de setembro de 2023, que institui os procedimentos de licenciamento simplificado no Estado de São Paulo;

CONSIDERANDO o Decreto estadual nº 67.979, de 25 de setembro de 2023, que institui os critérios e os procedimentos para a classificação de risco de atividades econômicas, regras para aprovação tácita e procedimento aplicável à constituição de ambiente regulatório experimental no âmbito do Estado de São Paulo;

CONSIDERANDO o Decreto estadual nº 67.980, de 25 de setembro de 2023, que instituiu o Comitê Estadual para Simplificação de Registro e Legalização de Empresas e Negócios do Estado de São Paulo – Comitê Facilita SP.

CONSIDERANDO que a Resolução SDE nº 05, de 12 de março de 2024, instituiu o Projeto “Facilita SP - Municípios” com o objetivo de fornecer apoio à implementação de medidas de incentivo à liberdade econômica e desburocratização em municípios paulistas, por meio de ações de suporte para adequações normativas, integração tecnológica e melhoria processual;

D E C R E T A:

Art. 1º. O Município de JARINU adere a Projeto “Facilita SP - Municípios”, instituído pela Resolução SDE nº 05, de 12 de março de 2024, com vistas ao desenvolvimento de um ambiente de negócios mais competitivo e favorável aos empreendedores e empresários por meio de uma política de desburocratização e cumprimento de diretrizes de liberdade econômica.



Art. 2º. Para os fins do disposto no Artigo 1º, o Município:

I - adotará:

a) os critérios para classificação nos níveis de riscos da atividade econômica previstos nas Leis estaduais nº 17.530, de 11 de abril de 2022, e nº 17.761, de 25 de setembro de 2023, regulamentadas na forma do Decreto estadual nº 67.979, de 25 de setembro de 2023;

b) a classificação de riscos das atividades econômicas do Comitê Estadual para Simplificação de Registro e Legalização de Empresas e Negócios do Estado de São Paulo - Comitê Facilita SP, instituído pelo Decreto estadual nº 67.980, de 25 de setembro de 2023, com o objetivo de propor diretrizes, critérios e procedimentos necessários à simplificação dos processos de registro, licenciamento, regularização e legalização de atividades econômicas e de pessoas jurídicas; e

c) a Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE) da Comissão Nacional de Classificação (Concla).

II - formalizará a sua adesão à Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios ("REDESIM"), instituída pela Lei federal nº 11.598, de 03 de dezembro de 2007, celebrando o Termo de Adesão a que se refere o artigo 2º do Decreto estadual nº 55.660, de 30 de março de 2010.

Art. 3º. As disposições deste Decreto aplicam-se ao trâmite do processo administrativo dentro de um mesmo órgão ou entidade, ainda que o pleno exercício da atividade econômica requeira ato administrativo adicional ou complementar cuja responsabilidade seja de outro órgão ou entidade da Administração Pública de qualquer ente federativo.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

DEBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

MAURICIO ALAN BERTOLOTTI
Secretário Municipal de Finanças

Este Decreto foi publicado no Diário Oficial Eletrônico Municipal e registrado na Secretaria Municipal de Governo e Planejamento

DALTO SORANZ
Secretário Municipal de Governo

Decreto nº 3398 de 11 de Abril de 2024.

Dispõe sobre a atuação dos agentes públicos e do Município em campanhas eleitorais diante das vedações legais impostas para o escrutínio municipal de 2024 e dá outras providências.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do

Município de Jarinu, Estado de São Paulo, usando das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 62, VI da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, que institui normas gerais de Direito Financeiro;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral;

CONSIDERANDO a Lei Complementar Federal nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece casos de inelegibilidade e prazos de cessação;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para eleições;

CONSIDERANDO a Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar a atuação dos servidores e dirigentes de órgãos do Poder Executivo, durante o período alcançado pela legislação eleitoral, resguardando-se o Município quanto à prática de qualquer conduta vedada por exclusiva ação de seus agentes;

D E C R E T A:

Art. 1º. Este Decreto dispõe sobre a atuação dos agentes públicos e do Município em campanhas eleitorais diante das vedações legais impostas para o escrutínio municipal de 2024 e de outras providências.

Parágrafo único. As eleições municipais no ano de 2024 ocorrerão, em primeiro turno, no dia 06 de outubro.

Art. 2º. É considerado agente público, para os efeitos deste Decreto, todo aquele, empregado público, servidor ou não, que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta do Município de Jarinu.

Art. 3º. São proibidas aos agentes públicos, empregados públicos ou não, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos no pleito eleitoral do Município, sob as penas da Lei Federal nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, e de eventual aplicação da Lei Federal nº 8.429, de 02 de junho de 1992.

§1º A partir de 1º de janeiro de 2024:

I - a prática, no horário de expediente, de qualquer ato de natureza político-eleitoral, inclusive por meio da utilização do patrimônio municipal para acessar redes sociais, e-mail corporativo e outros meios de divulgação via internet, telefones ou outra tecnologia similar;



II - as manifestações silenciosas, em horário de expediente, de preferência por determinado candidato, tais como a colocação de cartazes, adesivos ou qualquer tipo de peça publicitária nas dependências internas do local de trabalho, em veículos oficiais ou custeados com recursos públicos, bem como a utilização de camisetas, bonés, broches, dísticos, faixas e qualquer outra peça de vestuário que contenha alusão, ainda que indireta, de caráter eleitoral;

III - a menção, divulgação ou qualquer forma de alusão a candidatos, partidos ou coligações no momento da prestação dos serviços do Município ou distribuição gratuita de bens;

IV - valer-se de sua autoridade funcional para coagir alguém a votar ou deixar de votar em determinados candidatos ou partidos políticos;

V - ceder ou usar, em benefício de candidato, partido político ou coligação, bens móveis ou imóveis pertencentes à administração direta do Município, ressalvada a realização de convenção partidária;

VI - usar materiais ou serviços, custeados pelos Municípios, que excedam as prerrogativas consignadas nos regimentos e normas dos órgãos que integram;

VII - ceder empregado ou servidor público da administração direta municipal do Poder Executivo, ou o uso de seus serviços, para comitês de campanha eleitoral de candidato, partido político ou coligação, durante o horário de expediente normal, salvo se o servidor ou empregado estiver licenciado;

VIII - fazer ou permitir uso promocional em favor de candidato, partido político ou coligação, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custeados ou subvencionados pelo Poder Público;

IX - distribuir gratuitamente bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa;

X - executar programas sociais de que trata o inciso IX deste §1º por entidade nominalmente vinculada a candidato ou por esse mantida;

XI - empenhar, no primeiro semestre do ano de eleição, despesas com publicidade dos órgãos públicos municipais, que excedam a 06 (seis) vezes a média mensal dos valores empenhados e não cancelados nos 3 (três) últimos anos que antecedem o pleito.

§ 2º A partir de 09 de abril de 2024 (180 dias), até a posse dos eleitos, fazer revisão geral da remuneração dos servidores públicos que exceda a recomposição da perda de seu poder aquisitivo ao longo do ano da eleição.

§ 3º A partir de 06 de julho de 2024 (3 meses):

I - nomear, contratar ou de qualquer forma admitir, demitir sem justa causa, suprimir ou readaptar vantagens ou por outros meios dificultar ou impedir o exercício funcional e, ainda, de ofício, remover, transferir ou exonerar servidor público, na circunscrição do pleito, até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados:

a) a nomeação ou exoneração de cargos em comissão e designação ou dispensa de funções de confiança;

b) a nomeação dos aprovados em concursos públicos homologados até o início daquele prazo;

c) a nomeação ou contratação necessária à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização da Chefe do Poder Executivo.

II - com exceção da propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado, autorizar publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos municipais, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral;

III - na realização de inaugurações, contratar shows artísticos pagos com recursos públicos;

IV - comparecer, qualquer candidato, a inaugurações de obras públicas;

V - celebrar ajuste com fundamento na Lei nº 8.901, de 08 de fevereiro de 2018, Lei de Doação de Bens e Serviços e Patrocínio, até a proclamação do resultado final;

§4º A vedação do inciso V do § 1º deste artigo não se aplica ao uso, em campanha, pelos candidatos à reeleição de Prefeito e Vice-Prefeito, de suas residências oficiais para realização de contatos, encontros e reuniões pertinentes à própria campanha, desde que não tenham caráter de ato público e observadas as orientações firmadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

§5º A vedação do inciso IX do § 1º deste artigo se aplica às novas outorgas de permissão e de autorização de uso, com exceção dos pedidos de prorrogação e de eventos similares aos já realizados em anos anteriores.

§6º A vedação do inciso II do § 3º deste artigo implica, também:

I - a retirada, o encobrimento ou a não utilização do logotipo em qualquer repartição, logradouro e bem públicos, especialmente por meio de placas, faixas, impressos em geral e assemelhados; e

II - que a realização dos empenhos dos gastos com a publicidade não exceda a 06 (seis) vezes a média mensal dos valores empenhados e não cancelados nos 3 (três) últimos anos que antecedem o pleito.



§7º Para efeito de cálculo da média prevista no inciso XI do §1º e inciso II do §6º, todos deste artigo, os gastos serão reajustados pelo IPCA, aferido pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice que venha a substituí-lo, a partir da data em que foram empenhados.

Art. 4º. Nos casos de grave e urgente necessidade pública, conforme a previsão do inciso II do § 3º do art. 4º deste Decreto, a publicidade institucional deverá ser autorizada pela Justiça Eleitoral.

§1º A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

§2º Os pedidos de autorização serão elaborados pela Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos, desde que a Secretaria interessada encaminhe, no mínimo e com antecedência de pelo menos 15 (quinze) dias corridos, os seguintes documentos:

I - relatório circunstanciado com a apresentação dos elementos necessários para justificar a gravidade e a urgência públicas da publicidade institucional;

II - informações detalhadas sobre o ato, programa, obra, serviço ou campanha municipal ao qual estará vinculada a publicidade institucional;

III - protótipo da pretensa publicidade institucional;

IV - demais informações pertinentes.

Art. 5º. São vedadas as seguintes condutas, de cunho financeiro orçamentário, ao Município:

I - empenhar, no último mês do mandato da Prefeita, mais do que o duodécimo da despesa prevista no orçamento vigente;

II - realizar, no último ano de mandato da Prefeita, operação de crédito por antecipação de receita;

III - contrair, nos últimos dois quadrimestres do mandato da Prefeita, obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito;

IV - realizar ato de que resulte aumento da despesa com pessoal que preveja parcelas a serem implementadas em períodos posteriores ao final do mandato da Prefeita;

V - a aprovação, a edição ou a sanção, pela Prefeita, de norma legal contendo plano de alteração, reajuste e reestruturação de carreiras, ou a edição de ato, por esses agentes, para nomeação de aprovados em concurso público, quando:

a) resultar em aumento da despesa com pessoal nos 180

(cento e oitenta) dias anteriores ao final do mandato da Prefeita; ou

b) resultar em aumento da despesa com pessoal que preveja parcelas a serem implementadas em períodos posteriores ao final do mandato da Prefeita.

VI - realizar ato de que resulte aumento da despesa com pessoal expedido nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao final do mandato da Prefeita.

§1º As restrições de que tratam os incisos IV, V e VI devem ser aplicadas inclusive durante o período de recondução ou reeleição para o cargo de titular da Prefeita.

§2º Para fins do disposto neste artigo, serão considerados atos de nomeação ou de provimento de cargo público aqueles referidos no § 1º do art. 169 da Constituição Federal ou aqueles que, de qualquer modo, acarretem a criação ou o aumento de despesa obrigatória.

§3º Se a despesa com pessoal exceder os limites previstos no art. 20 da Lei Complementar Federal nº 101, de 05 de maio de 2000, no primeiro quadrimestre do último ano de mandato, ocorrerá a aplicação imediata das vedações previstas no § 3º do art. 23 do citado diploma federal.

§4º Se a dívida consolidada exceder o limite no primeiro quadrimestre do último ano de mandato da Chefe do Executivo, ocorrerá a aplicação imediata das vedações previstas no § 1º do art. 31 da Lei Complementar Federal nº 101, de 05 de maio de 2000.

Art. 6º. A medida que necessite a obtenção de autorização legislativa deverá ser remetida à Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos com antecedência mínima de 15 (quinze) dias corridos da data da Sessão da Câmara Municipal em que se pretende apresentá-la.

Parágrafo único. Sob pena de devolução dos autos à Secretaria interessada, a medida solicitada deverá conter, no mínimo:

I - justificativa demonstrando o interesse público da iniciativa;

II - competente estudo de impacto orçamentário-financeiro, mesmo nos casos de impacto nulo; e

III - minuta de projeto de lei e respectivos anexos, se o caso.

Art. 7º. Ficam os Secretários Municipais obrigados a zelar pelo fiel cumprimento deste Decreto e das demais normas legais aplicáveis no âmbito de suas respectivas áreas.

Parágrafo único. Cabe ao Secretário Municipal, Chefe de Gabinete, Secretário Adjunto, Diretor ou servidor ocupante do cargo de chefia comunicar imediatamente à Secretaria Municipal de Administração a prática de quaisquer condutas vedadas por parte de servidor público municipal, para providências e encaminhamentos necessários à instauração de processo administrativo de sindicância para a devida



apuração, assegurando-se ao acusado o contraditório e a ampla defesa.

Art. 8º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2024.

DEBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

DANIELA TARDELLI DE OLIVEIRA ORLATO
Secretária Municipal de Assuntos Jurídicos

Este Decreto foi publicado no Diário Oficial Eletrônico Municipal e registrado na Secretaria Municipal de Governo e Planejamento

DALTO SORANZ
Secretário Municipal de Governo

ADMINISTRAÇÃO | Compras, Licitações e Contratos

ATA DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 008/2024 – OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA SELEÇÃO E CONSEQUENTE CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO, FILANTRÓPICA E SEM FINS LUCRATIVOS, OSS ORGANIZAÇÃO SOCIAL EM SAÚDE, DEVIDAMENTE QUALIFICADA E HABILITADA NO ÂMBITO DESTE MUNICÍPIO, PARA CELEBRAR CONTRATO DE GESTÃO HOSPITALAR, VISANDO ÀS AÇÕES INTEGRAIS VOLTADAS À UMS – UNIDADE MISTA DE SAÚDE DE JARINU – HOSPITAL DE PEQUENO PORTE, CUJA UNIDADE É DENOMINADA DE MONSENHOR JACOB CONTI, EQUIPAMENTO IMPLANTADO NO MUNICÍPIO DE JARINU-SP.

Aos 10 (dez) Dias do Mês de Abril do Ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro); às 09H00M, na sede da Prefeitura Municipal de Jarinu/SP (sito à Praça Francisco Alves Siqueira Junior, nº 111, Jardim da Saúde, Jarinu, SP); reuniram-se os membros da CES - Comissão Especial de Seleção (devidamente designada conforme Portaria nº 12.628, de 05 de Fevereiro de 2024); para darem início à Sessão Pública do Chamamento nº 001/2024; visando o recebimento do Envelope nº 01 – Documentos de Habilitação e Envelope nº 02 – Proposta Técnica e Financeira em epígrafe. O Presidente da referida Comissão (Sr. Mirailton Moreira Gomes), fez as considerações iniciais, dando abertura a sessão pública para tal finalidade. A Comissão Especial de Seleção atestou o comparecimento das seguintes Organizações Sociais: 1)Organização Social INSTITUTO DE GESTÃO E ASSISTÊNCIA À SAÚDE INTEGRAL (IGASI) – CNPJ nº 53.117.361/0001-89 representada pelo Sr. Cláudio Alves França, CPF nº 263.501.758-16, devidamente credenciada. 2)Organização Social ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA (ABASESP) – CNPJ nº 05.560.251/0001-44 representada pelo Sr. Andre de Moraes, CPF nº 141.320.998-06, devidamente credenciada. 3)Organização Social INSTITUTO FÊNIX – CNPJ nº 08.055.129/0001-09 representada pelo Sr. Dalcio Augusto Pedreira Junqueira Franco, CPF nº 045.112.678-55,

devidamente credenciada.4)Organização Social INSTITUTO SOCIAL DE SAÚDE SÃO LUCAS – CNPJ nº 96.295.654/0001-69 representada pelo Sr. Pablo Henrique Cardoso Silva, CPF nº 117.802.297-80, devidamente credenciada.5)Organização Social INSTITUTO PHOENIX SAÚDE E ASSISTENCIA – CNPJ nº 04.845.163/0001-26 representada pelo Sr. Jailson Teodoro, CPF nº 302.842.168-28, devidamente credenciada.6) Organização Social ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE APOIO AO ENSINO, SAÚDE E POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO (ANAESP) – CNPJ nº 02.954.994/0001-00 representada pelo Sra. Lucieje Maria da Silva, CPF nº 263.034.948-97, devidamente credenciada.7)Organização Social IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO – CNPJ nº 47.708.771/0001-00 representada pelo Sr. Ricardo Watson Cairo, CPF nº 123.126.858-17, devidamente credenciada.8)Organização Social INSTITUTO DE EXCELÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA (IESP) – CNPJ nº 10.779.749/0001-32 representada pelo Sr. Renato Nunes de Souza, CPF nº 214.077.058-73, devidamente credenciada.9)Organização Social INSTITUTO MORGAN DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ESPORTES – CNPJ nº 10.733.807/0001-97 representada pela Sra. Jamille de Camargo, CPF nº 493.674.058-63, devidamente credenciada. 10)Organização Social SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE COSMÓPOLIS – CNPJ nº 11.337.750/0001-70 representada pelo Sr. Ricardo Baltazar da Silva, CPF nº 250.332.338-31, devidamente credenciada. Os Documentos de Credenciamento foram devidamente recepcionados, conferidos e vistados pelo Presidente e demais membros que integram a CES; bem como pelos representantes presentes na Sessão Pública. Os representantes presentes nada arguíram sobre os Documentos de Credenciamento apresentados. Encerrada esta primeira etapa, deu-se início à abertura dos Envelopes nº 01 contendo os Documentos de Habilitação das Organizações Sociais proponentes; que foram conferidos e vistados pela Comissão e os demais presentes à Sessão. Em comum acordo, decidiu-se que as rubricas do balanço e dos documentos pertinentes à análise da Qualificação Econômico-Financeira seriam feitas após a análise dos índices; o que não impedia a rubrica dos demais Documentos de Habilitação. Concluída a análise documental, a CES não encontrou nenhuma falha ou ausência que justificasse a inabilitação das entidades participantes. Informamos que o INSTITUTO FÊNIX apresentou documentos originais acompanhados de cópias simples (autenticadas pelos membros da CES na própria Sessão); o que, de per si, não invalida sua participação. Contudo, no tocante à análise da Capacidade Econômico-Financeira; apenas e tão somente a SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE COSMÓPOLIS apresentou Índice de Liquidez Corrente e Índice de Liquidez Geral abaixo do limite entabulado no item 7.2.2.B. – resultando em sua inabilitação. Instado a se manifestar, todos os Representantes Legais informaram seu intuito de recorrer dos atos já praticados. Os Envelopes nº 01 e nº 02 – Proposta Técnica e Financeira ficarão em poder da CES durante o prazo recursal previsto no item 8.1 do Edital; e o resultado das análises será divulgado no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Diário Oficial do Município; com a publicação também no site da Prefeitura; e enviado aos interessados através de



e-mail. Foi entregue aos representantes presentes uma cópia da presente ATA, bem como dos apontamentos feitos pelas interessadas em relação aos Documentos de Habilitação apresentados pelas Entidades proponentes. Nada mais havendo a tratar, lavra-se a presente ata, que possui 06 (seis) folhas e será assinada pela Comissão Especial de Seleção e pelos representantes presentes.

Jarinu, 10 de Abril de 2024.

CES – COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO:

Mirailton Moreira Gomes
Presidente da CES

ADMINISTRAÇÃO | Portarias

PORTARIA Nº 12.735, DE 04 DE ABRIL DE 2024.

“EXONERA POR FALECIMENTO o Sr. PEDRO FRANCISCO SILVA do Emprego Público de MOTORISTA, referência 10”.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art. 1º - EXONERAR POR FALECIMENTO o Sr. PEDRO FRANCISCO SILVA, portador da Cédula de Identidade RG. 11.468.049-8-SSP/SP, CPF 029.590.518-23 e da Carteira de Trabalho e Previdência Social nº 62891 Série 414-SP, do Emprego Público de MOTORISTA, referência 10.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de Abril de 2024.

CUMPRA-SE.

Município de Jarinu, 04 de Abril de 2024.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta Portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

MARIA APARECIDA ADOMAITIS
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 12.736, DE 04 DE ABRIL DE 2024.

“EXONERA A PEDIDO O SR. CHRISTIAN CARDOSO BESERRA, DO EMPREGO PÚBLICO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II – EDUCAÇÃO FÍSICA.”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art. 1º - E X O N E R A R a pedido o Sr. CHRISTIAN CARDOSO BESERRA, portador da Cédula de Identidade RG. 49.958.242-1-SSP/SP, CPF. 384.844.788-66 e da Carteira de Trabalho e Previdência Social nº 19211 Série 406-SP, do Emprego Público de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II – EDUCAÇÃO FÍSICA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE.

Município de Jarinu, 04 de Abril de 2024.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta Portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

MARIA APARECIDA ADOMAITIS
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 12.737, DE 08 DE ABRIL DE 2024.

“EXONERA A PEDIDO A SRA. DANIELA DE CÁSSIA ROSA, DO EMPREGO PÚBLICO DE AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL, Referência 07.”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art. 1º - E X O N E R A R a pedido a Sra. DANIELA DE CÁSSIA ROSA, portadora da Cédula de Identidade RG. 52.247.144-4-SSP/SP, CPF. 465.517.738-18 e da Carteira de Trabalho e Previdência Social nº 38678 Série 0389-SP, do Emprego Público de AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL, Referência 07.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE.

Município de Jarinu, 08 de Abril de 2024.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta Portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

MARIA APARECIDA ADOMAITIS
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 12.738, DE 08 DE ABRIL DE 2024.

“EXONERA a Sra. KETLYN DE SOUZA RODRIGUES do cargo em



comissão de ASSESSOR I na Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos”.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art. 1º - E X O N E R A R a Sra. KETLYN DE SOUZA RODRIGUES, portadora da Cédula de Identidade RG. 53.806.803-6-SSP/SP, CPF. 422.339.358-88 e da Carteira de Trabalho e Previdência Social nº 75127 Série 0451-SP, do cargo em Comissão de ASSESSOR I na Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE.

Município de Jarinu, 08 de Abril de 2024.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

MARIA APARECIDA ADOMAITIS
Secretária Municipal de Administração

ADMINISTRAÇÃO | Convocações

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Nº 110/2024, DE 08 DE ABRIL DE 2024.

CONVOCAÇÃO

Pelo presente Edital, fica convocado o candidato aprovado no Concurso para Preenchimento de vagas de Empregos Públicos, Regime Jurídico Único da Consolidação das Leis do Trabalho (C.L.T.), conforme abaixo discriminado:

EDITAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2023 - EDUCAÇÃO

PROCESSO MEMORANDO Nº 2223/2022.

EMPREGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II-EDUCAÇÃO FÍSICA	18A 25 HORAS SEMANAIS

CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
HUDSON LUIZ DE OLIVEIRA SILVA	29º

O candidato acima citado deverá comparecer à Prefeitura Municipal de Jarinu – Secretaria Municipal de Administração Geral, Departamento de Recursos Humanos, no Paço

Municipal, no prazo máximo de **05 (cinco) dias** contados da data de recebimento deste Edital, munido dos seguintes documentos e cópias: Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), Inscrição no PIS/PASEP, CPF, RG, CNH (se houver), Título de Eleitor e Comprovante da Última Votação, Certificado de Reservista, Atestado de Antecedentes Criminais, Declaração de Bens e Valores atualizada, Certidão de Nascimento ou Casamento, Certidão de Nascimento dos Filhos Menores de 21 (vinte e um) anos, uma Foto 3x4, Comprovante de Endereço atualizado, Comprovante de Escolaridade, Declaração de compatibilidade ou Acúmulo de cargos, além dos Documentos Relativos à sua condição de profissional habilitado para o exercício da profissão, ou os exigíveis para o desempenho do Emprego Público acima mencionado, constantes do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2023- EDUCAÇÃO.

O não comparecimento e a não entrega dos documentos no prazo acima estipulado, implicará na desistência da vaga.

Jarinu, em 08 de Abril de 2024.

Rosana Fonseca Fumache
Chefe de Divisão de Gestão de Pessoas

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Nº 111/2024, DE 08 DE ABRIL DE 2024.

CONVOCAÇÃO

Pelo presente Edital, fica convocado o candidato aprovado no Concurso para Preenchimento de vagas de Empregos Públicos, Regime Jurídico Único da Consolidação das Leis do Trabalho (C.L.T.), conforme abaixo discriminado:

EDITAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2023 - EDUCAÇÃO

PROCESSO MEMORANDO Nº 2223/2022.

EMPREGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II-EDUCAÇÃO FÍSICA	18A 25 HORAS SEMANAIS

CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
MATHEUS AMATO D ANGELO	30º

O candidato acima citado deverá comparecer à Prefeitura Municipal de Jarinu – Secretaria Municipal de Administração Geral, Departamento de Recursos Humanos, no Paço Municipal, no prazo máximo de **05 (cinco) dias** contados da data de recebimento deste Edital, munido dos seguintes documentos e cópias: Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), Inscrição no PIS/PASEP, CPF, RG, CNH (se houver), Título de Eleitor e Comprovante da Última Votação, Certificado de Reservista, Atestado de Antecedentes Criminais, Declaração de Bens e Valores atualizada, Certidão



de Nascimento ou Casamento, Certidão de Nascimento dos Filhos Menores de 21 (vinte e um) anos, uma Foto 3x4, Comprovante de Endereço atualizado, Comprovante de Escolaridade, Declaração de compatibilidade ou Acúmulo de cargos, além dos Documentos Relativos à sua condição de profissional habilitado para o exercício da profissão, ou os exigíveis para o desempenho do Emprego Público acima mencionado, constantes do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2023- EDUCAÇÃO.

O não comparecimento e a não entrega dos documentos no prazo acima estipulado, implicará na desistência da vaga.

Jarinu, em 08 de Abril de 2024.

Rosana Fonseca Fumache
Chefe de Divisão de Gestão de Pessoas

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Nº 112/2024, DE 08 DE ABRIL DE 2024.

CONVOCAÇÃO

Pelo presente Edital, fica convocado o candidato aprovado no Concurso para Preenchimento de vagas de Empregos Públicos, Regime Jurídico Único da Consolidação das Leis do Trabalho (C.L.T.), conforme abaixo discriminado:

EDITAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2023 - EDUCAÇÃO

PROCESSO MEMORANDO Nº 2223/2022.

EMPREGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL
PROFESSOR DE JORNADA AMPLIADA I	16A 30 HORAS SEMANAIS

CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
PRISCILA FERNANDES VICECONTI	17º

O candidato acima citado deverá comparecer à Prefeitura Municipal de Jarinu – Secretaria Municipal de Administração Geral, Departamento de Recursos Humanos, no Paço Municipal, no prazo máximo de **05 (cinco) dias** contados da data de recebimento deste Edital, munido dos seguintes documentos e cópias: Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), Inscrição no PIS/PASEP, CPF, RG, CNH (se houver), Título de Eleitor e Comprovante da Última Votação, Certificado de Reservista, Atestado de Antecedentes Criminais, Declaração de Bens e Valores atualizada, Certidão de Nascimento ou Casamento, Certidão de Nascimento dos Filhos Menores de 21 (vinte e um) anos, uma Foto 3x4, Comprovante de Endereço atualizado, Comprovante de Escolaridade, Declaração de compatibilidade ou Acúmulo de cargos, além dos Documentos Relativos à sua condição de profissional habilitado para o exercício da profissão, ou os exigíveis para o desempenho do Emprego Público acima

mencionado, constantes do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2023- EDUCAÇÃO.

O não comparecimento e a não entrega dos documentos no prazo acima estipulado, implicará na desistência da vaga.

Jarinu, em 08 de Abril de 2024.

Rosana Fonseca Fumache
Chefe de Divisão de Gestão de Pessoas

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Nº 113/2024, DE 08 DE ABRIL DE 2024.

CONVOCAÇÃO

Pelo presente Edital, fica convocado o candidato aprovado no Concurso para Preenchimento de vagas de Empregos Públicos, Regime Jurídico Único da Consolidação das Leis do Trabalho (C.L.T.), conforme abaixo discriminado:

EDITAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2023 - EDUCAÇÃO

PROCESSO MEMORANDO Nº 2223/2022.

EMPREGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL
PROFESSOR DE JORNADA AMPLIADA I	16A 30 HORAS SEMANAIS

CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
ANDRESSA CRISTINA TALIARO NASCIMENTO	18º

O candidato acima citado deverá comparecer à Prefeitura Municipal de Jarinu – Secretaria Municipal de Administração Geral, Departamento de Recursos Humanos, no Paço Municipal, no prazo máximo de **05 (cinco) dias** contados da data de recebimento deste Edital, munido dos seguintes documentos e cópias: Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), Inscrição no PIS/PASEP, CPF, RG, CNH (se houver), Título de Eleitor e Comprovante da Última Votação, Certificado de Reservista, Atestado de Antecedentes Criminais, Declaração de Bens e Valores atualizada, Certidão de Nascimento ou Casamento, Certidão de Nascimento dos Filhos Menores de 21 (vinte e um) anos, uma Foto 3x4, Comprovante de Endereço atualizado, Comprovante de Escolaridade, Declaração de compatibilidade ou Acúmulo de cargos, além dos Documentos Relativos à sua condição de profissional habilitado para o exercício da profissão, ou os exigíveis para o desempenho do Emprego Público acima mencionado, constantes do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2023- EDUCAÇÃO.

O não comparecimento e a não entrega dos documentos no prazo acima estipulado, implicará na desistência da vaga.
Jarinu, em 08 de Abril de 2024.



Rosana Fonseca Fumache
Chefe de Divisão de Gestão de Pessoas

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Nº 113/2024, DE 08 DE ABRIL DE 2024.

CONVOCAÇÃO

Pelo presente Edital, fica convocado o candidato aprovado no Concurso para Preenchimento de vagas de Empregos Públicos, Regime Jurídico Único da Consolidação das Leis do Trabalho (C.L.T.), conforme abaixo discriminado:

EDITAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2023 - EDUCAÇÃO

PROCESSO MEMORANDO Nº 2223/2022.

EMPREGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL
PROFESSOR DE JORNADA AMPLIADA I 16A	30 HORAS SEMANAIS

CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
ANDRESSA CRISTINA TALIARO NASCIMENTO	18º

O candidato acima citado deverá comparecer à Prefeitura Municipal de Jarinu – Secretaria Municipal de Administração Geral, Departamento de Recursos Humanos, no Paço Municipal, no prazo máximo de **05 (cinco) dias** contados da data de recebimento deste Edital, munido dos seguintes documentos e cópias: Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), Inscrição no PIS/PASEP, CPF, RG, CNH (se houver), Título de Eleitor e Comprovante da Última Votação, Certificado de Reservista, Atestado de Antecedentes Criminais, Declaração de Bens e Valores atualizada, Certidão de Nascimento ou Casamento, Certidão de Nascimento dos Filhos Menores de 21 (vinte e um) anos, uma Foto 3x4, Comprovante de Endereço atualizado, Comprovante de Escolaridade, Declaração de compatibilidade ou Acúmulo de cargos, além dos Documentos Relativos à sua condição de profissional habilitado para o exercício da profissão, ou os exigíveis para o desempenho do Emprego Público acima mencionado, constantes do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2023- EDUCAÇÃO.

O não comparecimento e a não entrega dos documentos no prazo acima estipulado, implicará na desistência da vaga.

Jarinu, em 08 de Abril de 2024.

Rosana Fonseca Fumache
Chefe de Divisão de Gestão de Pessoas

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Nº 114/2024, DE 08 DE ABRIL DE 2024.

CONVOCAÇÃO

Pelo presente Edital, fica convocado o candidato aprovado no Concurso para Preenchimento de vagas de Empregos Públicos, Regime Jurídico Único da Consolidação das Leis do Trabalho (C.L.T.), conforme abaixo discriminado:

EDITAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2023 - EDUCAÇÃO

PROCESSO MEMORANDO Nº 2223/2022.

EMPREGO	REFERÊNCIA	CARGA HORÁRIA SEMANAL
PROFESSOR DE JORNADA AMPLIADA I	16A	30 HORAS SEMANAIS

CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
SANDRA HELENA MOTA DE OLIVEIRA	19º

O candidato acima citado deverá comparecer à Prefeitura Municipal de Jarinu – Secretaria Municipal de Administração Geral, Departamento de Recursos Humanos, no Paço Municipal, no prazo máximo de **05 (cinco) dias** contados da data de recebimento deste Edital, munido dos seguintes documentos e cópias: Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), Inscrição no PIS/PASEP, CPF, RG, CNH (se houver), Título de Eleitor e Comprovante da Última Votação, Certificado de Reservista, Atestado de Antecedentes Criminais, Declaração de Bens e Valores atualizada, Certidão de Nascimento ou Casamento, Certidão de Nascimento dos Filhos Menores de 21 (vinte e um) anos, uma Foto 3x4, Comprovante de Endereço atualizado, Comprovante de Escolaridade, Declaração de compatibilidade ou Acúmulo de cargos, além dos Documentos Relativos à sua condição de profissional habilitado para o exercício da profissão, ou os exigíveis para o desempenho do Emprego Público acima mencionado, constantes do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2023- EDUCAÇÃO.

O não comparecimento e a não entrega dos documentos no prazo acima estipulado, implicará na desistência da vaga.

Jarinu, em 08 de Abril de 2024.

Rosana Fonseca Fumache
Chefe de Divisão de Gestão de Pessoas

CONSELHOS MUNICIPAIS | Atos dos Conselhos

Chamamento para Composição do COMTUR Conselho

Municipal de Turismo de Jarinu Biênio 2024-2025

A Divisão de Turismo Municipal vem pelo presente Chamamento convidar toda a comunidade e o Trade Turístico a participar e compor o COMTUR no novo biênio 2024-2025:



Da Iniciativa Privada temos as seguintes cadeira:

- a. um representante dos Meios de Hospedagem;
- b. um representante dos Restaurantes e Bares Diferenciados;
- c. um representante da Associação Comercial;
- d. um representante do Turismo Rural;
- e. um representante da Atividade Artística e Cultural;
- f. um representante de Alimentos e Bebidas Artesanais;
- g. um representante da Imprensa;
- h. um representante de Turismo Esportivo;
- i. um representante de Ecoturismo;
- j. um representante de Produtores Rurais.

Estado de São Paulo, em 10 de abril de 2024.

Simone Gerez de Moura
Presidente

O Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) é um órgão local de papel fundamental na conjugação de esforços entre o poder público e a sociedade civil, de caráter deliberativo, consultivo e fiscalizador das atividades turísticas desenvolvidas no município, com natureza permanente e para assessoramento da municipalidade em questões eferentes ao desenvolvimento turístico da cidade de Jarinu.

Venha fazer parte do COMTUR e construir junto conosco
uma nova história para o Turismo Municipal!

Data: 06 de maio de 2024 (segunda-feira)

Horário: 18h

Local: Rua XV de Novembro, número 53, Sala de Reuniões, ao
lado do Fundo Social.

CÂMARA MUNICIPAL | Atos do Poder Legislativo

ATO DA PRESIDÊNCIA 10/2024

CONSIDERANDO a decisão judicial originada do processo nº 1000415-96.2024.8.26.0301 – TJSP; A PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE JARINU, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Regimento Interno da Câmara Municipal de Jarinu, resolve:

Art. 1º - Fica adiada a sessão da CPI nº 02/2024 a ser realizada na data de 10 de abril de 2024.

Art. 2º - Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registrado e publicado no diário oficial.

Jarinu